

Reagindo à resolução da ONU

A.1.4

Renamo impõe condições para desmobilizar suas forças

A Renamo, reagindo à resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que recomenda a desmobilização das forças armadas, em Moçambique, até Maio de 1994, diz que os seus guerrilheiros só serão desarmados e desmobilizados quando forem extintos os grupos armados existentes no país.

Um porta-voz da presidência da Renamo disse à nossa Redacção que Afonso Dhlakama condiciona a desmobilização dos seus homens à extinção dos chamados exércitos privados que, conforme referiu, sempre lutaram contra o seu movimento durante a guerra.

O mesmo porta-voz adiantou que a Renamo saúda a resolução do Conselho de Segurança, mas lamenta que as Nações Unidas nunca tenham exigido a abolição dos grupos armados. "Como é que a Renamo pode responder a essas recomendações do Conselho de Segurança?", interrogou-se.

Na resolução adoptada na passada segunda-feira, o Conselho de Segurança recomenda que 50 por cento das forças armadas governamentais e da Renamo devem ser desmobilizadas até Janeiro, e os restantes até Maio.

Recomenda ainda que o novo Exército unificado de 30 000 homens esteja operacional até Setembro do próximo ano.

Dhlakama diz que exige a extinção dos grupos armados, para evitar que após a desmobilização das tropas, "a Frelimo continue com um Exército que possa atacar a Renamo".

Anteriormente, Dhlakama havia condicionado a desmobilização das suas forças à implementação das decisões tomadas durante o seu encontro com o Presidente Joaquim Chissano, sobre a governação do país.

Não se sabe quando é que serão indicados os assessores da Renamo, que diz que o Governo deve oficializar a criação desses postos e resolver a questão do salário.

A Renamo exige que especialistas das Nações Unidas se desloquem a

Moçambique, para avaliarem o número de homens necessários à observação das actividades da Polícia durante a fase de transição.

Afonso Dhlakama deu instruções a Raul Domingos, que já fez a primeira abordagem sobre a questão, com Aldo Ajello, para não dizer quantos homens são necessários, "mas nós exigimos que seja um número elevado", disse.

O porta-voz da presidência da Renamo alega que após o Acordo Geral de Paz, o Governo moçambicano criou empresas de protecção, que "para nós é tudo Polícia, que deve ser controlada pelas Nações Unidas".